

# Estruturas Espaciais e Práticas Sociais

## A Inexistente Opção Entre o Local e o Global

João Teixeira Lopes

### 1. CONSIDERAÇÕES INICIAIS

A breve reflexão que neste artigo apresentamos <sup>1</sup> prende-se, antes de mais, com a necessidade de ultrapassarmos a nível da produção teórica-empírica um persistente hiato, a que não serão alheias querelas e (in)comunicações interdisciplinares, entre perspectivas que sobrevalorizam as estruturas espaciais como uma espécie de infraestrutura de toda a vida social (assumindo, por conseguinte, um peso de determinação das próprias práticas sociais <sup>2</sup>) e outras que, pelo contrário, reduzem as configurações espaciais a meros teatros mentais, esquemas de representação que rapidamente se diluem no fluir subjectivo do quotidiano ou no terreno movediço das utopias.

A reflexão que agora iniciamos liga-se igualmente a uma investigação empírica que estamos prosseguindo sobre *práticas*

---

<sup>1</sup> Retomamos aqui, com um maior desenvolvimento e algumas alterações, o texto de uma comunicação apresentada ao *III Congresso Luso-Afro-Brasileiro de Ciências Sociais*, realizado entre 4 e 7 de Julho na Fundação Calouste Gulbenkian, sob o título: *Os Processos Culturais entre o Local e o Global* (Vd. Resumos das comunicações, *Dinâmicas Multiculturais — Novas Faces — Outros Olhares*, Lisboa, Ed. Cosmos, 1994, p. 238).

<sup>2</sup> Perspectiva que, paradoxalmente, acaba por desvalorizar a própria importância do espaço, reduzindo-o a um quadro físico dentro do qual se realizam os processos sociais. Pode-se considerar que esta visão se enquadra no evolucionismo neoiluminista da teoria social do século passado (que sobrevaloriza, precisamente, a evolução temporal), encontrando repercussões assinaláveis nos principais fundadores da Sociologia. Tal visão mereceu a crítica feroz de Foucault ao afirmar que o «*espaço era visto como o morto, o fixo, o não-dialéctico, o imóvel*» (Vd. David Harvey, *The Condition of Postmodernity*, Cambridge, Basil Blackwell, 1992).

*culturais estudantis no espaço escolar urbano*<sup>3</sup>. Uma das principais hipóteses que guia essa investigação tende a considerar a diversidade e a pluralidade das práticas culturais estudantis como estando associada, entre outros factores, as lógicas territoriais diversas, desde os constrangimentos de índole espacial e temporal dos edifícios escolares (abrindo e fechando um campo finito de (im)possibilidades), aos usos e apropriações dos espaços-tempos através dos quais os estudantes *usam e fazem a escola*, entendida como um cenário de interacção internamente regionalizado.

Além do mais, o terreno empírico que as escolas urbanas propiciam levou-nos ao tema central deste artigo — a complexidade dos cruzamentos de lógicas espaço-temporais múltiplas que fazem das práticas sociais algo que não se reduz a actividades exclusivamente localizadas e estritamente particulares ou, pelo contrário, absolutamente diluídas numa ordem global mais ou menos indistinta.

## 2. OS FALSOS PARADOXOS DA GLOBALIZAÇÃO

Quando se aborda a questão dos processos de globalização das culturas e da mais que discutível sincronização cultural, enquanto esbatimento mais ou menos progressivo das culturas, identidades e particularismos nacionais e/ou locais, pensa-se, habitualmente, na expansão sem precedentes do sistema capitalista à escala mundial, enquanto economia-mundo, e na sua voracidade imperialista, ancorada na já clássica divisão entre o centro e a periferia. Ultrapassada a visão ingénua de uma paulatina convergência das economias e das sociedades pela importação dos modelos tecnológicos, políticos e culturais dos países ocidentais, (tal como postulava a teoria da modernização), o modelo do «sistema-mundo» de Wallerstein e algum difusionismo cultural radical problematizaram a questão da integração das economias e das sociedades, introduzindo-lhe a dimensão das profundas desigualdades da ordem internacional mundial, patente na frase com que Ulf Hannerz

---

<sup>3</sup> Dissertação de Mestrado na Modalidade de *Cultura e Mudança Social* no âmbito do primeiro Mestrado de *Investigação em Ciências Sociais*, promovido pelo *Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa* e orientado pela Doutora Maria de Lourdes Lima dos Santos. descreve, criticamente, essas preocupações:

«O centro essencialmente fala, e a periferia essencialmente escuta, sem responder»<sup>4</sup>.

Qualquer que seja a perspectiva adoptada, verifica-se um relativo consenso no que respeita ao papel mediador, tido como essencial, dos processos de comunicação cultural e social na expansão da globalização no conjunto das instituições contemporâneas. Giddens<sup>5</sup> refere-se em particular ao impacto das novas tecnologias da comunicação electrónica, responsáveis pela cada vez maior velocidade de circulação de fluxos materiais e imateriais à escala planetária e tornando arcaico o princípio tradicional de que uma longa distância no espaço significa, necessariamente, uma longa distância no tempo. Às indústrias culturais, onde as tecnologias mais avançadas se encontram fortemente investidas, são habitualmente apontadas, a par da difusão mediática, como um dos vectores uniformizadores dos estilos de vida e destruidores das especificidades culturais-locais e da própria possibilidade de campos culturais autónomos, reduzindo os consumos e as práticas culturais a um mínimo denominador comum, forjado pela necessidade de optimização da rentabilidade desses produtos estandardizados (demonstraremos em breve quão simplista é este ponto de vista).

Resumidamente, e seguindo o modelo teórico de Giddens, vivemos num mundo onde a acção social se encontra cada vez mais descontextualizada (fora de contextos de co-presença), tornando o lugar «fantasmasgórico», já que desligado da sua função de contexto físico de interacções localizadas e perdendo, por isso, o seu carácter distintivo, num planeta onde se articulam sem milagre, a ausência e a presença. O seu argumento principal centra-se na ideia de uma separação entre o *espaço* e o *lugar*, este último considerado como cenário ou palco dos processos de interacção social. Consequentemente, os processos de comunicação social da modernidade descontextualizam-se e desenvolvem-se predominantemente em relação a interlocutores ausentes e simultaneamente distantes e próximos.

---

<sup>4</sup> Ulf Hannerz, *Culture Between Center and Pehphery: Toward a Macroanthropology*, Stockholm, Swedish Society for Anthropology and Geography, 1988, p. 6.

<sup>5</sup> *As Consequências da Modernidade*, Lisboa, Celta Editora, 1992; *Sociology*, Cambridge, Polity Press, 1993 e ainda «Time, space and regionalisation» in Derek Gregory *et ai*, *Social Relations and Spacial Structures*, London, MacMillan, 1985.

Como refluxo explosivamente deslegitimador desta perspectiva pouco problematizada dos processos de globalização, apontam-se, não sem demagogia, os mediáticos exemplos dos novos movimentos sociais de base local e, ainda mais significativamente, o violento eclodir de nacionalismos e micro-nacionalismos vários, num movimento por alguns denominado de «balcanização cultural». A própria teoria social preocupa-se, cada vez mais, com a análise das vivências quotidianas, formas de teatralidade e ritualidade que permitem a localização de *p articular ismos identificadoros*.<sup>6</sup>

Se o outro não existe, como compreender a sua brutal negação? Se «o outro é o resto do mundo»<sup>7</sup> e o meu território o centro absoluto, como poderemos falar de convergência espaço-temporal? Se as especificidades culturais-locais são reprimidas, não será essa a indesmentível prova da sua existência?

Esta dicotomia é obviamente redutora. Resulta, antes de mais, de uma deficiente concepção do papel do espaço na teoria social e da sua reduzida articulação com os processos de produção social das identidades culturais. É esse o ponto que desenvolveremos em seguida.

### 3. «A DIFERENÇA QUE O ESPAÇO FAZ»

#### 3.1. «O centro fala e a periferia escuta»

Parece-nos ser de crucial importância realçar que muitos dos teóricos da globalização, como Anthony Giddens, não se deixaram enredar nas teias desta dicotomia simplista. Giddens é bastante claro quando salienta que a modernidade e o seu projecto globalizante são multidimensionais, não possuindo, ao arrefio dos esquemas evolucionistas, uma direcção ou teleologia e assumindo uma multiplicidade de tendências, consoante as respostas que os Estados-nação

---

<sup>6</sup> Michel Maffesoli, na defesa do seu *novo tribalismo* e no movimento generalizado de *reencantamento do mundo* afirma claramente que o «quadro espacial no seu sentido mais vasto, verdadeira forma a priori da sociedade, está em vias de voltar a jogar um papel inegável ("país", território, natureza, local, etc.)» — Vd. *O conhecimento do Quotidiano*, Lisboa, Vega, sem data, p. 19.

<sup>7</sup> Johan Galtung, *The Emerging European Super-Nationalism*, Univ. of Bern, policopiado.

forneem, de acordo com a sua posição na divisão internacional do poder. Rejeitando o «bom velho conceito de uma só cultura», pura e livre de influências externas, Giddens acredita numa rede de interdependências, consciente de que hoje não persistem *isolais* intocáveis. No entanto, mostra-se claramente defensor do carácter universalizante do projecto da modernidade.

A nosso ver, esta e outras perspectivas acabam, todavia, por transportar algumas reminiscências desse «bom velho conceito de cultura». Com efeito, permanece a ênfase no carácter transversal, transnacional e não distintivo da ordem cultural mundial — uma ordem cultural única e uniformizante. Por detrás do reconhecimento das interdependências, permanece a crença no carácter integrado do capitalismo mundial enquanto projecto marcadamente ocidental.

Pela nossa parte, gostaríamos de deixar bem clara a rejeição do modelo «*o centro fala, a periferia escuta*». Com efeito, não acreditamos desde logo na divisão Wallersteiniana entre centro, periferia e semiperiferia. Pensamos, tal como muitos dos teóricos da exclusão social nos «países centrais», que a «periferia» está bem no coração dessas nações. Além disso, a unidade de análise não nos parece ser a mais capaz de dar conta das múltiplas heterogeneidades dos processos de desenvolvimento, nem da segmentação territorial a que estão sujeitos e à luz da qual devem ser examinados. Por outras palavras, os teóricos da globalização, Giddens incluído, parecem esquecer-se que a complexa rede de interdependências que assumem tem uma tradução concreta na «animação» e «diversificação» territoriais que complexificam e localizam toda a actividade humana.<sup>8</sup>

Se é verdade que os paradigmas do desenvolvimento exclusivamente direccionados para a endogenia acabam por constituir visões autárcitas em nada coadunadas com a abertura dos sistemas sociais às lógicas transnacionais e supranacionais (paralelas à própria dinâmica de circulação do capital); se nos parece igualmente verdadeiro que o apelo às «forças vivas» das comunidades locais representa, muitas das vezes, um discurso saudosista e arcaizante, receoso do confronto e da abertura à sociedade global; se constatamos que essa retórica conservadora assenta, frequentemente, na incontrolável nostalgia das identidades perdidas (e, de facto, tão

---

<sup>8</sup> Ver a este respeito o artigo de Rogério Roque Amaro, «Lógicas de espacialização da economia portuguesa» in *Sociologia-Problemas e Práticas*, n.º 32, 1991.

«perdidas» na mente de algumas pessoas que dificilmente seriam encontradas...); se, finalmente, verificamos que hoje, mais do que ontem, vivemos numa economia, numa sociedade e numa cultura fragmentárias<sup>9</sup>, pensamos que muito ganharíamos se encarássemos a globalização numa perspectiva dialéctica, onde a sua antítese — a fragmentação territorializante — aparecesse com tanta força, quanto a tendência para a flutuação em espaços... a - espaciais!

Com efeito, a dialéctica integração/separatismo, resulta da necessidade inerente à vida humana de encontrar âncoras socializadoras e resistentes às pressões uniformizantes. Se a transnacionalidade ganha terreno, será de esperar que a nacionalidade irrompa em defesa dos enraizamentos identitários nacionais, não raras vezes recorrendo à intervenção (proteccionista ou não) do Estado. Mas dentro da própria ordem cultural nacional, as contestações aos vários centralismos e às pressões heterónomas ganham expressão em movimentos de base regional ou local, por vezes ligados aos processos de desenvolvimento «desencadeados *a partir de baixo*»<sup>10</sup>.

Assim, propomos um modelo teórico que substitua a explícita ou discreta dicotomia entre o global e o local por uma rede generalizada de interrelações entre várias instâncias territoriais culturalmente diferenciadas. O próprio capitalismo (cuja lógica está longe de ser unitária, como o demonstram as diferentes formações sociais contemporâneas) revela grande adaptabilidade a esta complexidade em interacção. A cultura de massas, por exemplo, diversifica-se e, jogando com o mosaico cultural descontínuo das sociedades contemporâneas, substitui o «pronto-a-vestir» pelo «feito à medida». Nesse mesmo jogo, desmassifica-se e rende-se à pluralidade de modos de vida dos seus públicos. Estes, percebem que é pela diferença que se distinguem e multiplicam as suas orientações normativas. Os próprios meios de difusão da cultura de massas apresentam estruturas plurais e entre a mensagem que transmitem e a recepção individual, multiplicam-se as instâncias de mediação, em muito devedoras dos diferentes capitais dos agentes. O acto de consumo e de recepção pode ser encarado como uma produção secundária, uma silenciosa reelaboração da mensagem primeira.

---

<sup>9</sup> Ver a este respeito o artigo de Carlos Fortuna, «Nem Cila nem Caribdis: somos todos translocais» in *Revista Crítica de Ciências Sociais*, n.º 32, 1991.

<sup>10</sup> Rogério Roque Amaro, *art. cit.*, p. 170.

O cerne da produção social das identidades reside no seu carácter relacional. Não há identidades puras e sem alteridade <sup>11</sup>. Um mundo de onde o outro tivesse desaparecido, para além da metáfora terminal que fornece, não seria um espaço social. Seria uma outra coisa qualquer, um não-objecto, cientificamente ininteligível perante os quadros teóricos disponíveis da análise social actual. Em última instância, seria a própria negação da possibilidade de uma ciência do social.

Por isso, e voltando mais uma vez à questão em discussão, não nos parece fundamentado o modelo de «um centro que fala e uma periferia que escuta». A «periferia» tem também a sua voz e a sua história. E essa voz e essa história não passam apenas por relações de dependência/subordinação, através das quais são supostamente aniquiladas e silenciadas em nome da imposição de uma ordem cultural hegemónica. Pense-se nas culturas crioulas, ou em todas as formas culturais «mestiças». Pense-se ainda na sua persistente resistência e no permanente fascínio que o diferente, o distante e o exótico sempre ofereceram. Pensem-se, enfim, os processos culturais na sua permanente comunicação e interdependência, desde as mais pequenas e próximas unidades de interacção, imediatas e localizadas, até às mais vastas e distantes, no espaço e no tempo. Talvez, assim, sejamos capazes de encarar a cultura como uma rede de perspectivas social e territorialmente diferenciadas, sem que nenhuma se apresente, *a priori*, com um poder determinante, hegemónico e uniformizador.

Dessa forma, ela poderá ser encarada como um permanente e alicianante desafio à análise social, na sua permanente construção, desconstrução e reconstrução.

### **3.2. A importância do espaço na produção social da cultura**

Anthony Giddens, já o referimos, aponta como um dos principais vectores da modernidade a poderosa separação entre tempo e espaço (e entre espaço e lugar), como condição indispensável à

---

<sup>11</sup> O carácter sincrético das identidades é defendido por José Madureira Pinto no seu artigo «Considerações sobre a produção social de identidade» in *Revista Crítica de Ciências Sociais*. n.º 32, 1991.

própria globalização do capitalismo, permitindo-lhe ultrapassar os constrangimentos de base local, inibidores da sua necessária mobilidade.

Outros autores, no entanto, como John Urry, apesar de concordarem com esta tese, encontram contraditoriamente movimentos espacialmente constituídos com base no ambiente humano e físico locais<sup>12</sup>. Segundo Urry, a sociedade civil, a produção da força de trabalho e as solidariedades de classe têm uma dinâmica fortemente enraizada do ponto de vista territorial, dependendo em larga escala dos sistemas produtivos locais e das economias regionais, ao contrário da hipermobilidade do capital e da sua «indiferença espacial». Desta forma, a concepção de *self* encontra-se intrinsecamente associada «às suas concepções do território espacialmente confinado da interacção social limitada».<sup>13</sup>

Ao confrontar estas posições, pretendemos colocar a ênfase na necessidade de uma maior problematização das relações entre configurações espaço-temporais e estruturas sócio-culturais, o que em Giddens (e no que respeita à teoria da globalização) nos parece insuficientemente esclarecido. Na nossa perspectiva importa superar conceitos metateóricos<sup>14</sup> como o de distanciação espaço-temporal, já que acabam por cair num certo «fetichismo espacial» que trata como irrelevantes os elementos constituintes dos quadros espaciais e as contingências da sua evolução, tal como uma forma que ignora o seu conteúdo, o que sem dúvida impede operacionalizações eficazes da própria noção de espaço bem como a consideração da especificidade inerente a cada cenário de interacção. De facto, se atentarmos na proposta de Giddens, o espaço «arrancado» ao lugar (e por isso *vazio, fantasmagórico*) aparece como um conceito independente de outras relações, tido à semelhança de um dado adquirido e, por isso, pouco ou nada problematizado.

---

<sup>12</sup> Vd. a contribuição de John Urry, «Social relations, space and time» para a obra colectiva organizada por ele próprio e Gregory Derek, *Social Relations and Spatial Structures*, London, Macmillan, 1985.

<sup>13</sup> *Idem, ibidem*, p. 32.

<sup>14</sup> Crítica feita a Giddens por vários autores, em especial no que diz respeito às suas recentes problematizações sobre a «modernidade tardia» (Vd. por exemplo, Andrew Sayer, «The difference that space makes» in Derek Gregory e John Urry, *op. cit.* ou ainda J. D. Wacquant, «Au chevet de la modernité: le diagnostic du docteur Giddens» in *Cahiers Internationaux de Sociologie*, vol. XCIII, 1992).

Assim, e se não podemos esquecer a importância das configurações espaço-temporais na constituição dos processos sócio-culturais, não nos parece correcto analisar o espaço-tempo independentemente da dinâmica dos objectos e das relações que integram, dinâmica essa que apenas pode ser detectada através da *investigação empírica sobre processos sociais localizados*. É essa, afinal, «a diferença que o espaço faz».

#### 4. MULTICULTURALISMO E «POLIFONIA» DO ESPAÇO

Reencontramos, pois, uma vez mais, a diferença e a pluralidade onde, supostamente, apenas existiria um irreversível impulso integrador e uniformizante. Deparamos, aliás, nas sociedades modernas, com uma complexificação das próprias interacções da vida quotidiana, onde os agentes sociais, apesar do carácter rotinizado das suas práticas, enfrentam crescentemente situações novas, resultantes da própria diferenciação interna das sociedades. De facto, os agentes aprendem que não podem generalizar as mesmas expectativas para todas as pessoas com quem interagem<sup>15</sup> já que os sistemas periciais aumentam a especialização dos papéis sociais e, conseqüentemente, a própria diversidade cultural resultante de distribuições assimétricas de poder e competências várias, dificultando, assim, os processos de atribuição de sentido durante as dinâmicas sociais. Conseqüentemente, o multiculturalismo não é apanágio apenas das interdependências em escalas macrossociais; ele encontra-se no cerne da própria vida quotidiana e dos processos mais ou menos difusos de aprendizagem social.

Não é de admirar, por isso, que se fale hoje com particular oportunidade da «multivocalidade do espaço»<sup>16</sup>. De facto, os agentes utilizam os seus recursos e competências para interpretar os contextos espaciais em que se movimentam, conferindo-lhes uma tonalidade e vocalidade específicas. O espaço deixa de ser encarado,

---

<sup>5</sup> Vd. Ward H. Goodenough, «Multiculturalism as the normal human experience» in E. Eddy et al, *Applied Anthropology in America*, New York, Colômbia University Press, 1978.

<sup>6</sup> Vd. Margaret C. Rodman, «Empowering place: multilocality and multivocality» in *American Anthropologist*, vol. 94, n.º 3, 1992.

segundo a vertente de alguma ortodoxia antropológica, «como uma prisão metonímica que encarcera os nativos».<sup>17</sup> O espaço social existe sempre em função de um ponto de vista; a multivocalidade associa-se à multilocalidade, não como meros conceitos académicos, mas como construções sociais que se reflectem nas práticas e nos discursos sobre as práticas. O espaço é, pois, polifónico, exprime-se através de múltiplas vozes ou de silêncios, também eles expressivos (quantas vezes o medo de falar resulta de não poder falar?). São esses os significados polissémicos que devemos tentar decifrar, evitando os «esteriótipos topológicos»<sup>18</sup> com o intuito de compreendermos como, em cada segmento de espaço-tempo e nos limites de propriedades estruturadas, os agentes utilizam as suas «bússolas cognitivas» para construir as suas sociedades ou contra-sociedades, reais ou imaginárias, dentro ou fora do espaço-tempo identitário.

Se alguns agentes, colocados em determinados segmentos de espaço-tempo, se orientam translocalmente, mediante interações à distância, descontextualizadas dos cenários físicos, doravante inexistentes, outros — ou os mesmos, noutras circunstâncias — constroem os seus mapas mentais através de interações localizadas.

Dentro desta perspectiva, o espaço aparece-nos como um texto social polissémico, devendo a sua interpretação, também ela plural, ser remetida para os contextos mais correctos, isto é, os que melhor permitem uma leitura da complexidade das relações sociais que nele se exprimem, exprimindo-o.<sup>19</sup>

## 5. A INEXISTENTE OPÇÃO

À laia de conclusão, parece-nos importante reafirmar o princípio de que os processos de criação da cultura não têm que se sujeitar a falsas opções de escala de estruturação. De facto, o conceito de globalização só se pode revelar heurísticamente fecundo se estiver

---

<sup>17</sup> Appadurai cit. in Rodman, *idem, ibidem*, p. 644.

<sup>18</sup> *Idem, Ibidem*, p. 643.

<sup>19</sup> É nesta linha que António Teixeira Fernandes defende, no seguimento de Greimas e Lefebvre, uma semiótica do espaço, tido como um «discurso» em si mesmo, «um texto com o seu contexto próprio» (Vd. A. Teixeira Fernandes, «Espaço social e suas representações» in *Sociologia — Revista da Faculdade de Letras da Universidade do Porto*, I Série, vol. II, 1992).

fortemente impregnado de conceptualizações sobre as práticas sócio-culturais localizadas. O carácter multidimensional e multiterritorial dos fenómenos culturais não se coaduna com reducionismos teoricamente confortáveis. Parece-nos, por isso, bastante interessante, a proposta de Ulf Hannerz no sentido de seleccionarmos, estrategicamente, locais de pesquisa empírica onde sejam particularmente visíveis as interações entre diferentes processos culturais de génese espaço-temporal distinta. Desta forma, ser-nos-ia possível não só apropriarmo-nos de significados localmente enraizados, como também do que não é propriamente imediato e redutível a esses enraizamentos, colmatando, assim, toda aquela inexplorada terra de ninguém entre as abordagens macro e micro ou, noutra nível, entre o centro e a periferia.

## 6. CONTORNOS DE UMA NOVA PERSPECTIVA

A deslocação de perspectiva que propomos é, pois, assinalável: em vez das falsas opções entre o global e o local, o macro e o micro, o centro e a periferia, as interações múltiplas; em vez da unidireccionalidade dos processos culturais, a complexidade e a multidimensionalidade; em vez das hegemonias unilaterais, o confronto e a troca; em vez do espaço-tempo como quadro abstracto das práticas sociais, o apelo às pesquisas empíricas sobre os múltiplos e inacabados processos através dos quais se constróem as culturas.

Finalmente, importa referir que esta «deslocação de perspectiva» tem inevitáveis consequências ao nível teórico-metodológico. De facto, torna-se crucial construir unidades (espaciais) de análise capazes de darem conta de fenómenos marcadamente plurais e polimorfos, sem que a visão de conjunto, tantas vezes invocada, não signifique uma tranquila perda das especificidades e diversidades que enriquecem os processos de pesquisa, aproximando-(n)os da realidade — uma realidade que, convém não esquecer, urge respeitar.